

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

RAFAELA DE OLIVEIRA SANTANA

**NOME SOCIAL NA UNIVERSIDADE: TENSÕES CURRICULARES NO CENTRO DE
ARTES, HUMANIDADES E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA.**

CACHOEIRA-BA

2016

RAFAELA DE OLIVEIRA SANTANA

**NOME SOCIAL NA UNIVERSIDADE: TENSÕES CURRICULARES NO CENTRO DE
ARTES, HUMANIDADES E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Colegiado de Serviço Social, do Centro da Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial para a conclusão do Curso em Serviço Social.

Orientador: Prof^ª. Msc. Carla Carolina Costa da Nova

CACHOEIRA-BA

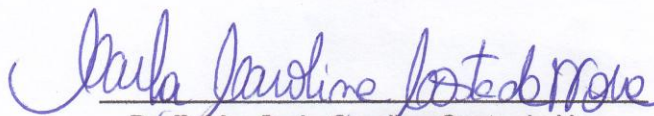
2016

RAFAELA DE OLIVEIRA SANTANA

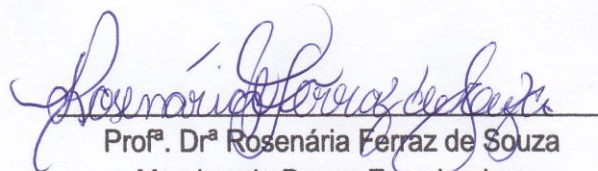
NOME SOCIAL NA UNIVERSIDADE: TENSÕES CURRICULARES NO CAHL DA
UFRB

Cachoeira – BA, aprovada em 18/08/2016.

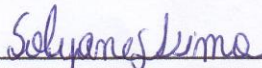
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Ms. Carla Carolina Costa da Nova
Presidente da Banca Examinadora



Prof^a. Dr^a Rosenária Ferraz de Souza
Membro da Banca Examinadora



Prof^a Dr^a Solyane Silveira Lima
Membro da Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, sobrinho, meu irmão (in
memoriam) a toda minha família e
amigos.*

AGRADECIMENTOS

Ser grata sempre, ser grata por tudo, pelas horas difíceis e pelos momentos de felicidade. Assim, quero agradecer em primeiro lugar ao meu Deus, o Deus do impossível, de maravilhas e que não nos dá nenhum fardo o qual não possamos carregar. Agradeço a Ele pela vida e todas as conquistas que até agora Ele tem me permitido.

Agradeço aos meus pais Rita e Antonio que me deram a melhor educação possível e se hoje eu sou esta pessoa com este caráter e valores, devo a eles e a tudo que são e fazem por mim. São com toda certeza os melhores pais que eu poderia ter e sem eles certamente não estaria chegando onde estou. Obrigada meu pais lindos amo muito vocês.

À minha querida orientadora Carla Carolina pelo exemplo de competência, humildade e amizade, por acreditar nos sonhos e por ajudar a construir caminhos. Posso afirmar com toda a certeza que melhor orientadora eu não poderia ter tido.

Agradeço a minha prima Vitória, ela que sem dúvidas foi uma força e tanto, me ajudou de todas as formas possíveis, com palavras e ações, obrigada prima querida. A minha prima Driele que me cedeu tantas vezes sua casa todas sempre que eu precisei acessar a internet quando em casa ainda não estava funcionando, obrigada Drica. As duas são como irmãs pra mim, amo vocês.

*Ao meu irmão Tony (*In memoriam*), pois sei que onde quer que ele esteja ele sempre está mandando boas energias, força e coragem pra mim, pois ele é e sempre será minha referência de bom humor, garra e amor. Irmão te amo eternamente, obrigada.*

Às minhas supervisoras de estágio Rita e Mônica meus agradecimentos por tudo o que foram pra mim. Com vocês eu aprendi muito e levarei tudo que aprendi pra vida pessoal e profissional. Vocês são profissionais excelentes e competentes que merecem todo reconhecimento e aplauso, obrigada as duas por terem me acolhido e me supervisionado com tanto carinho.

Aos meus amigos dessa longa jornada Lilian, Mille, Meires, Marcio, Neuza, Rafael, Rose e Ágata obrigada pelo companheirismo, amizade e por tudo que fizeram por mim nos momentos que mais precisei. A amizade de vocês eu quero pra além dos muros da Universidade, quero levar pra vida.

Aos meus amigos de morada Lorena, Camila, Rogger e Larissa que conviveram com minhas chatices, manias, reclamações, cantorias e loucuras... Obrigada por tudo, vocês são minha família também.

Ao meu amigo Iran que me ajudou de maneira muito especial nessa jornada, me ajudou com no estágio e de todas as formas possíveis. Muito obrigada por ter sido o “marido” (risos) mais especial que uma pessoa pode ter.

Aos meus companherxs de trajeto e também de convivência diária que corriam perigo todas as noites comigo, entre idas e vinda para o CAHL, Regiane, Zéu, Taliana, Betinho, Toquinho (motorista de fuga, risos), obrigada por tornarem essas noites de tensão, tão divertidas, obrigada por também fazerem parte do meu dia a dia.

À minha cerimonialista favorita (risos), amiga irmã Polyanna por contribuir com um momento tão especial. A gente briga, mas a gente se entende. Obrigada amiga linda.

À meu tio Edson (In memoriam), minha tia Gal e meus primos Ednália e Sinho que me acolheram em seu lar com tanto carinho e me permitiram construir esse sonho. Obrigada!

À minha tia Bel e meu tio Lourival e mais uma vez minha amiga Lore que abriram as portas do seu lar muitas vezes pra mim e me receberam como se fosse parte da família. Obrigada pelo carinho, vocês são sem dúvidas minha família do coração.

As meninas e menino da COTEP, Dayb, Fernanda, Jamile, Lívia e Henrique que também contribuíram significativamente na construção da minha formação, obrigada aprendi muito com vocês. Ao pessoal do IFBA, em especial minha Zefinha linda, meu amor, que foi uma mãezona pra mim (me enchia de comida, risos), Mira e Reni sempre tão gentis, Cintya minha companheira de papo, meu muito obrigada. Agradeço também de maneira especial a minha Nutri favorita Tamara, os meninos da sala glacial Ismael, Robson, Lucas. Allan e Alex (não são dupla sertaneja, mas não deixava os dois quietos no mesmo nível, risos). Regi, Junior e Daniel que me deram várias caronas (risos) e a todos os estudantes do IFBA que foram sempre tão respeitosos. Agradeço a cada pessoa que ali foram de algum modo importantes para minha formação.

Às minhas Dindas e meu dindo pelo apoio, carinho e incentivo. Amo vocês!

À todos os meus professores, em especial a minha professora Isabel que me alfabetizou, Ana Lídia, Carloney (que me catequizaram, risos) Ivaneide, Rogério, Márcia, Vera que

contribuíram não só pra o meu aprendizado, mas pra construção da minha identidade. Aos professores da Universidade Wilson, Henrique, Albany, Silvia Arantes, Silvia Pereira, Márcia Clemente, Rosenária, Marcela e Edgilson obrigada pelas preciosas contribuições nesse processo de aprendizado, E a todos os demais professores que aqui não foram citados, mas que também contribuíram nos degraus dessa jornada.

A toda minha turma, essa turma do “REUNI” (muitos risos irônicos) e que provou que mais que nota 10, não existem números pra definir o quanto valem e o tamanho do potencial de cada um. Obrigada minha turma querida, já sinto saudades!

E muito especial a toda minha família e amigos pelo apoio e incentivo, por torcerem sempre por mim, me dando sempre forças pra seguir nessa jornada. A todos vocês meu muito obrigada!

EPÍGRAFE

“Toda forma de saber nasce de um não saber. A gente sabe da importância da luz, no momento em que a gente está no escuro!”

Fábio de Melo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHL- Centro de Arte, Humanidades e Letras

LGBTT - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

TCC- Trabalho de conclusão de curso

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

Na última década a universidade pública brasileira tem assumido um papel importante frente à sociedade. Historicamente constituída como espaço de privilégios, a universidade que antes era acessada por poucos, hoje graças a sua ampliação abarca as novas identidades, com toda sua diversidade de perfis, culturas, gostos, modos etc. Essas novas identidades foram se constituídos ao longo dos anos e hoje vem conquistando direitos. Dentre estes o Nome Social é um direito ainda recente conquistado pelas categorias Ts, Travestis, Transexuais, que permite que o sujeito utilize nas instituições públicas que já possuem Resolução assegurando esse direito o nome pelo qual eles se identifica de acordo com a identidade de gênero a que eles se sentem pertencentes. As Universidades são uma dessas instituições. A Universidade Federal Do Recôncavo da Bahia –UFRB enquanto instituição recente, inserida nesse contexto de mudanças contemporâneas aprovou no ano de 2015 a utilização do Nome Social pelos estudantes e técnicos e servidores. Este avanço na garantia de direitos torna portanto, a UFRB um espaço de possibilidades de debates e visibilidades de identidades e reivindicações existentes no ambiente universitário. Assim no Centro de Artes, Humanidades e Letras-CAHL, um dos *Campus* da UFRB, conhecido como o *campus* da diversidade torna-se um campo de pesquisa interessante, na busca pela compreensão de como esses novos sujeitos inseridos neste espaço universitário se sentem quanto ao direito de assumirem e manifestarem suas identidades. Neste trabalho de conclusão de curso conceitos como *identidade*, *diferença* são problematizados baseados nas teorias curriculares Críticas e Pós-Críticas num questionamento as contradições do Currículo Tradicional Prescrito visando assim, fundamentar a discussão sobre a importância da utilização do nome social de travestis e transexuais na Universidade, bem como as tensões curriculares que se formam a partir do momento em que esse direito é garantido e assegurado dentro deste espaço educacional.

Palavras-chave: Identidade, Diferença, Currículo, Nome Social.

ABSTRACT

In the last decade the Brazilian public university has played an important role with the company. Historically constituted as privileges space, the university was once accessed by a few, today thanks to its expansion includes new identities, with all its diversity profiles, cultures, tastes, modes etc. These new identities were made up over the years and today has gained rights. Among these the Social name is still a recent right won the categories Ts, Transvestites, Transsexuals, which allows the subject to use in public institutions that already have resolution ensuring this right the name by which they are identified according to gender identity they feel they belong. Universities are one of these institutions. The Reconcavo The Federal University of Bahia -UFRB as recent institution, inserted in this context of contemporary changes approved in 2015 the use of Social Name by students and technicians and servers. This advance in rights protection becomes therefore UFRB a space of debate opportunities and visibility of existing identities and claims in the university environment. So the Center for the Arts, Humanities and Letters-CAHL, one of the campus UFRB, known as the campus diversity becomes an interesting field of research in the quest for understanding how these new subjects inserted in this university space feel about the right to take up and express their identities. In this work of course completion concepts such as identity, difference is problematized based on curriculum theories Critical and post-critical in questioning the contradictions Curriculum Traditional Prescribed order thus support the discussion of the importance of using the social name of transvestites and transsexuals University as well as the curriculum stresses that form from the moment that this right is guaranteed and ensured within this educational space.

Keywords: Identity, Difference, Curriculum, Social name.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	TEÓRICO METODOLÓGICO.....	18
2.1	 Currículo e suas correntes teóricas	18
3	IDENTIDADE E DIFERENÇA	23
4	PERSPECTIVA METODOLÓGICA	31
5	ENTRANDO E SAINDO DOS LABIRINTOS NOS DEPOIMENTOS DOS SUJEITOS.....	33
6	CONCLUINDO PROVISORIAMENTE PARA CONTINUAR O PERCURSO.	46
	REFERÊNCIAS:	50
	ANEXOS:	51

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, os debates acerca das questões de identidade, diferença e currículo tem sido cada vez mais constantes e mais percebidos ou visibilizados pelas possibilidades de comunicação que as tecnologias da informação têm proporcionado. Estes temas são constantemente inseridos e discutidos nos espaços sociais e educacionais, sejam formais ou informais. Entre os espaços de escolarização, a Universidade tem sido palco de muito tensionamentos em torno das lutas identitárias e em torno das disputas de concepções curriculares.

O desenvolvimento das tecnologias da informação, neste caso, a internet, o celular, o facebook, o instagram, os blog's, etc. permitem no contexto contemporâneo que certas questões sociais, que normalmente não são abordados pelos meios televisivos, sejam compartilhados, mostrados, debatidos. Os movimentos sociais têm se beneficiado dessas possibilidades para ampliar o espaço de divulgação das suas bandeiras e conseguir a participação da opinião pública, a favor ou contra, a respeito das suas pressões por políticas públicas. O movimento social dos seguimentos LGBTT's passaram por uma grande visibilidade e polêmica porque as suas reivindicações, os seus dramas, as suas iniciativas e as suas várias visões passaram a ser conhecidas por conta da utilização das redes sociais.

Uma das reivindicações oriundas deste movimento social foi o direito ao uso do nome social nas diversas instituições da sociedade. Esse processo foi desencadeado pelos chamados Ts, travestis, transexuais,...., que para afirmarem a sua identidade, diante de si e diante da sociedade, passaram a querer mudar o nome que espelhasse a personalidade que gostariam de assumir. Ao lado de diversas reivindicações que lhe conferem dignidade e cidadania, o movimento LGBT se coloca como protagonista na luta para que a legislação brasileira absorva o nome social, sem os entraves da moral e da burocracia que caracterizam o aparato institucional.

Contraditoriamente a esse quadro de possibilidades da ampliação da comunicação, da visibilidade e dos espaços de reivindicações, neste mesmo período avançam, movimentos conservadores que, também por meio das redes sociais e pelas instâncias legais e institucionais, pregam abertamente a homofobia, a concepção tradicional de família, o machismo e o sexismo, o racismo e o ataque a todas as bandeiras que possam avançar em direção a uma sociedade mais democrática e mais consciente dos seus direitos.

Entre os ataques que este movimento implementa é a negação ao direito do uso do nome social pelos sujeitos LGBTTT's. No congresso nacional brasileiro, depois de muita polêmica e dificuldade, chegou-se a formular uma proposta de emenda constitucional que conceberia esse direito a essas pessoas. Entretanto, o quadro de ampliação da força da chamada Nova Direita (DA SILVA,1997) no Brasil impediu que essa emenda fosse apreciada e retiraram da pauta de votações.

Algumas instituições tomaram a iniciativa por sua conta e risco de permitirem que o uso do nome social fosse adotado pelas pessoas Trans, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, O Conselho Nacional das Assistentes Sociais e no caso mais próximo nosso, a Universidade Federal do Recôncavo – UFRB, que aprovou em seu Conselho Superior uma resolução que permite o uso do nome social nos vários ambientes da universidade, mas que não tem força de lei que permita a mudança dos documentos oficiais junto à universidade.

A ampliação do acesso à universidade pública brasileira nos últimos anos trouxe para os seus corredores, um público que anteriormente não tinha acesso ao ensino universitário por vários motivos. A ampliação do público traz também a ampliação da diversidade do perfil de estudantes que podem frequentar a escolarização universitária. A UFRB é uma das universidades que foram criadas neste tempo de ampliação da IF's e interiorizadas em direção a regiões brasileiras que não possuíam acesso ao ensino universitário federal, público e gratuito.

A região do Recôncavo da Bahia possui uma importância cultural para a história brasileira que é invisibilizada, juntamente com sua diversidade populacional. Muitas pessoas com crenças, orientações sexuais, situações sociais diversas e plurais hoje são estudantes da universidade e trazem muitas histórias de necessidade do uso do nome social que, no cotidiano das diversas cidades do Recôncavo são negadas ou são ignoradas pelas várias instituições e até mesmo pelas famílias.

Assim, a UFRB se torna um espaço de possibilidades de debates e visibilidades de identidades e reivindicações que veem no ambiente universitário a legitimidade de expressão e possibilidade de apoio social. O uso do nome social é umas dessas questões que no ambiente da universidade, apesar de ser motivo de muitos conflitos, já aparece como uma necessidade de cotidianização nos seus processos.

O Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL – situado na cidade de Cachoeira é conhecido por ser um dos centros da UFRB mais polêmicos e com mais espaço para as novas identidades emergentes nesta contemporaneidade. As diversas identidades circulam e

tencionam o cotidiano do centro e ao mesmo tempo, entram em choque com conservadorismos dos seus vários agentes. O uso do nome social ainda é motivo de estranheza e divergências nas salas de aula, nos seus vários núcleos. Apesar de existir uma resolução já discutida e aprovada em sua instância superior, ocorrem ainda denúncias de intolerâncias e manifestações de resistências ao impedimento tanto do uso do nome social, quanto ao não reconhecimento do direito dos sujeitos assumirem e manifestarem as suas identidades.

Uma outra questão que torna o tema do uso do nome social pertinente, é que a pesquisa acadêmica em torno do tema ainda é muito tímida. Apesar dos temas ligados à orientação sexual, racismo estarem bastante discutidas e comunicadas academicamente, especificamente quanto ao uso do nome social ainda é um processo pouco explorado teoricamente e ainda vinculado apenas às lutas dos LGBTT's. Quando muito ampliado às discussões de gênero, mas de forma tangenciada, necessitando que esta problemática seja objeto de muitas investigações que desvelem e aprofundem tudo o que se coloca em volta da necessidade de assumir a identidade expressa pelo uso do nome social.

Essas investigações estão bastante polemizadas do campo de estudos do Currículo. As Teorias Pós-Críticas de Currículo trouxeram a problemática das identidades dos diversos segmentos invisibilizados pelo ideal positivista de escolarização. Dominado pelo currículo prescrito, impositivo e binário, a escola e a universidade, hoje, se veem desafiadas a modificar a organização e seleção dos seus conteúdos e conseqüentemente, a prática docente. Assim, a todo o momento, esses estudos vêm mostrando o quanto as instituições escolares, e aqui está incluída a universidade, pode interferir negativamente na construção de identidades dos estudantes ou pode favorecer a expressão e a reflexão em torno do que representa essas novas expressões em um projeto de uma nova ordem social.

Nesta direção, as teorias Críticas hoje, também não se distanciam dos parâmetros priorizados pelos pós-estruturalistas, pois para se pensar uma sociedade emancipada é necessário pensar, juntamente com a eliminação da divisão de classes, pensar em uma sociedade democrática, não excludente em seus direitos e materialmente, e do ponto de vista dos valores identitários, ou seja, valores anti - homofóbicos, anti - racistas, anti - machistas, anti - normalidades. Portanto, tanto para os estudos Críticos, quanto os estudos Pós-Críticos de Currículo, debater, investigar a questão do uso do Nome Social é questionar a estrutura hegemônica conservadora da escola e potencializar as contradições da almejada harmonia do Currículo Tradicional Prescrito.

Partindo de toda esta problemática, discutir o uso do Nome Social¹¹ na universidade, como um direito instituído para os sujeitos que o reivindicam, é tentar superar a limitação em torno do tema e reconhecer a amplitude do tema identitário, visto que está em um contexto contemporâneo de incertezas e inseguranças sociais, além de questionar o ideal moderno positivista, que propaga identidades coloniais, patriarcais, sexistas e homofóbicas, além de reafirmar a estrutura de classes.

A Universidade é reconhecida como um dos espaços da sociedade em que essas discussões devem ser abordadas e inseridas no seu Currículo. A instituição universitária é um lugar de construção da cidadania, respeito aos direitos humanos e de identidade. Assim, deveria ser um espaço de construção da democracia, com respeito à diferença e diversidade. Entretanto, ainda são observadas situações de conflitos que envolvem a institucionalidade que muitas vezes não criam mecanismos que facilitem o reconhecimento e a efetivação de direitos.

Partindo desse pressuposto, ao se inserir a questão do uso do Nome Social pelos estudantes no âmbito da Universidade, nas atividades acadêmicas, ressalta a importância da construção de um Currículo expresso num contexto social, de produção e reprodução cultural onde circulem diversos interesses contraditórios (políticos, sociais e profissionais).

O interesse pelo tema Nome Social surgiu a partir de uma conversa com um professor do próprio CAHL em uma Oficina de Elaboração de Anteprojeto de TCC. Nesta conversa, expliquei sobre o que eu gostaria de pesquisar e ele perguntou se eu conhecia este tema. A partir do que ele foi falando, senti um grande interesse em conhecer melhor esta temática. Comecei a pesquisar e percebi que pesquisas quase não existem e publicações teóricas vinculadas a este tema estão mais relacionadas ao movimento *Queer*.

No decorrer da pesquisa descobri que a UFRB desde o ano de 2015 permitia que seus discentes adotassem o Nome Social nas atividades acadêmicas e que no CAHL inclusive, já existiam duas pessoas registradas formalmente de acordo com o que rege a Resolução N°001/2015. A questão do uso Nome Social é pouco abordada no espaço universitário do CAHL, o que me motivou a compreender melhor como se dá a relação do Currículo na universidade com este tema? A partir daí, ao pensar o contexto em que a UFRB, o CAHL e nós enquanto sujeitos inseridos construí as seguintes questões de pesquisa: o CAHL atende às demandas dessas novas identidades que frequentam o seu espaço? O uso do Nome Social é um tema conhecido e discutido no CAHL? Os sujeitos que reivindicam e aqueles que já usam o nome social se sentem acolhidos no CAHL em suas identidades que reivindicam esse direito?

A partir desses questionamentos escolhi como objetivo conhecer os desafios que os sujeitos que reivindicam o uso do nome social enfrentam no CAHL, sendo este o espaço de pesquisa. A escolha pelo tema de pesquisa e a vivência de construção dela ocorreu a partir dessas inquietações, por compreender a necessidade de trazer esses tensionamentos curriculares para o centro do debate e por entender que o conhecimento é uma produção histórico-social e parcial.

2 TEÓRICO METODOLÓGICO.

2.1 Currículo e suas correntes teóricas

Etimologicamente o termo “currículo” é derivado da palavra latina “curriculum” e encontra a sua raiz no verbo *currere*, que significa carreira e por extensão, acaba determinando o sentido de caminho ou percurso a seguir. Os estudos sobre Currículo possuem diversas abordagens e conceitos de diferentes autores. No entanto, neste trabalho, abordaremos o conceito de currículo a partir da perspectiva de José Gimeno Sacristán (2000), que o concebe como o conjunto de todas as experiências construídas e vivenciadas no espaço escolar e concretizadas no processo da prática, ou seja, o Currículo real se constitui naquele que é significado, tensionado, reconstruído e compartilhado, por isso, o autor entende o currículo como prática e não apenas como determinação.

Na área de educação, currículo é um conceito e um campo de estudo que pode provocar contradições entre as compreensões formais, pedagógicas e suas abordagens sociais. Sacristán (2000) diz que: “O currículo é um conceito relativamente recente entre nós”, ou seja, ele é repleto de conflito porque, em comparação a outros contextos culturais e pedagógicos, é um campo no qual os estudos possuem a vantagem de não estarem cristalizados nos processos acadêmicos e científicos, e por isso, permanecem abertos a novos processos culturais.

Sacristán (2000) diz que:

o currículo é práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições, escolas que comumente chamamos de ensino. É uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos (p.16)

Neste sentido, este não está limitado apenas às atividades formais da escola ou da universidade. Engloba também, questões cotidianas que os sujeitos interferem e transformam, enquanto agentes sociais e políticos. Portanto, diz respeito aos recursos, ao ensino, à legislação, às decisões institucionais e principalmente, ao modo como o sistema educacional e

a sociedade concebe a sua organização e a seleção dos processos simbólicos em torno das organizações formais de educação.

Currículo se relaciona com a cultura instituída e a cultura a ser criada ou recriada. Deste modo, o currículo não é apenas uma matriz curricular onde estão oferecidas disciplinas. Essas transmitem também mensagens culturais e, as práticas e experiências em torno desta matriz curricular, incidem sobre os vários agentes no cotidiano. Transmitem ideologias, crenças, valores, questões simbólicas que conformam aprendizagens e habilidades que se almeja no ideal de estudante e na perspectiva de mundo. Segundo Sácristán (2000), ele é uma construção cultural porque interfere no modo de organização das práticas educativas, e portanto, no modo de socialização enquanto projetos e enquanto processos cotidianos.

As teorias sobre Currículo principais são aquelas atreladas às abordagens Tradicionais, abordagens Críticas e abordagens Pós-Críticas. Elas se diferenciam pelo objetivo, pela construção curricular, pela avaliação que defendem e pela finalidade que almejam. No propósito de cada uma, o que as diferencia é o ideal de sociedade e de sujeito que defendem e que almejam, ou seja, o que a escola deve priorizar enquanto transmissora e partícipe de uma cultura.

As teorias Tradicionais de Currículo surgem sistematizadas e voltadas para a escola na década de 1920, ligadas ao avanço do processo de industrialização do século XX que veio acompanhado de uma explosão populacional urbana. Os modos de produção capitalistas tendo como principal atividade a indústria precisava que as instituições de formação cultural transmitissem disposições, habilidades para que a população se adequasse de forma harmoniosa e controlada aos processos fabris e perpetuassem a transmissão de valores que garantissem a solidez da sociedade capitalista.

Assim, a escola deveria ser uma instituição que familiarizasse a massa populacional com o controle, a disciplina, a fragmentação, a superficialidade e a hierarquia. Além disso, os valores morais que dominam a sociedade também deveriam ser defendidos por meio dos seus conteúdos. Esses valores deveriam reforçar a sociedade patriarcal, com um ideal de família binária, baseado no domínio masculino e submissão feminina e infantil. Os processos escolares, já nesta época, tinham como referência a sociedade estadunidense, precursora da sistematização curricular e a sociedade europeia que defendiam as referências e comportamentos dos brancos, fomentavam o racismo, as guerras imperialistas que mantinham parte do mundo colonializados.

Depois de ficar explícito mazelas que o capitalismo promovia para a grande maioria da população pobre, negra, indígena e mestiça, as teorias Críticas inspiradas em Marx, Gramsci e Escola de Frankfurt denunciam o papel reprodutor das relações de dominação que a escola exercia por meio dos seus conteúdos, da sua organização e dos valores que priorizava. Adotando uma postura de denúncia, de disposição de desvelar o que estava oculto na rotina escolar, os teóricos das abordagens Críticas defendiam um projeto de educação que trouxesse os valores de emancipação humana, de democratização das relações sociais, de socialização cultural para todos.

A formação cultural da qual a escola tinha responsabilidade, deveria ter como prioridade, a transformação da sociedade, visto que, a capitalista tinha como ideologias intrínsecas a opressão, o elitismo, a discriminação, o individualismo, o privilégio para poucos e a visão de sujeitos como objetos, úteis apenas para alimentar os processos de produção.

Nos anos de 1980, o mundo passa por grandes mudanças, caracterizadas por um questionamento cultural em relação ao conservadorismo dominante, e perplexos com o que o desenvolvimento das forças produtivas, por meio do desenvolvimento das tecnologias da informação, passa a ter como potencial. O processo político e econômico mundial passa a ser comandado pelos estados neoliberais, que por meio da globalização econômica, encontra um veículo para a transmissão cultural da homogeneidade social, travestido de diversidade que contribui para ampliar o consumo.

As teorias pós-críticas de Currículo, inspiradas pelas formulações de Foucault e pela corrente científica e acadêmica pós-moderna ou pós-estruturalista denuncia que o Currículo escolar oprime as pessoas porque veicula pelos seus dispositivos de controle, o poder da ocultação da diferença e conseqüentemente, o poder de ignorar várias identidades e invisibilizá-las no manto da igualdade.

Assim, os estudos em torno de especificidades identitárias reivindicadas principalmente pelos movimentos sociais, entram como objetos de investigações educacionais. O movimento social que se apresentou como protagonista deste processo foi o movimento feminista que trouxe a denúncia da opressão e da violência sofrida pelas mulheres e imposta pelo sexismo que a mantem em situação de inferioridade e excluída dos direitos que lhe conferem dignidade, entre eles a autonomia, a liberdade e a escolha.

Assim os estudos de gênero se constituem hoje como uma importante linha de pesquisa curricular. Ao lado do feminismo, existe o movimento contra todo tipo de racismo. Essa bandeira dos movimentos sociais negros, ganharam muita força nos últimos anos, reivindicando a visão de uma sociedade que admita a dívida histórica que possui para com os

negros pela opressão e pela situação de desigualdade social a que forma submetidos pela ideia de que a raça negra é inferior e digna de ser violentada em seus direitos, em seus símbolos, em seus corpos e em suas comunidades. Uma das injustiças a serem reparadas são as distorções escolares que o currículo construiu em torno da história do mundo e da história dos negros.

O movimento LGBTTT também ganhou muita visibilidade nas últimas décadas em todas as esferas sociais, políticas e culturais. A escola se vê tensionada a reconhecer e a conviver com o processo e com o direito dos seus estudantes possuírem uma orientação sexual diferente daquela reconhecida pelos padrões patriarcais, homofóbicos e conservadores da sociedade dominante. Os processos simbólicos consolidados pelo currículo tradicional passam a ser questionados porque se torna necessário que a escola discuta orientação sexual, estética, modelos familiares.

Um dos processos que hoje a escola convive é com a possibilidade de adoção do nome social e não do nome que consta nos documentos legais que representam o sujeito. A universidade também está desafiada a conviver com essas referências curriculares que tencionam o cotidiano das salas de aula e das várias instâncias que a compõem.

A teorias pós-críticas de currículo formularam que muito mais do que tolerar essas novas expressões de individualidades na escola, é necessário que a formação cultural seja voltada para o reconhecimento de que a sociedade, a sala de aula, as instituições como um todo são construídas pela diferença em suas várias possibilidades. A pluralidade é intrínseca a essa sociedade contemporânea que possui a possibilidade de conhecer e de assumir identidades diversas. Assim, os estudos sobre diferença e identidade se tornam um dos mais desenvolvidos estudos na área de Currículo.

Entretanto, a visão tradicional de currículo, ignora as mudanças que podem ocorrer nos conteúdos, a partir de novos sentidos e renovações de cultura escolar que as tensões desencadeiam. Felizmente, as análises crítica e pós-crítica curriculares voltam suas tensões para as relações de poder, relações sociais, culturais, ideológicas que interferem nos os processos identitários.

A autora Ana Canen (2015), sugere que o currículo está essencialmente atrelado as relações subjetivas determinantes na construção de conhecimento, e portanto, estão intrinsecamente ligadas à formação de novas identidades ou a afirmação de identidades já existentes. Este artefato cultural assume um papel importante diante de situações abordadas pelas diversas correntes que compõe o multiculturalismo nos estudos culturais, deste modo,

ocorre “ uma visão das identidades como plurais, híbridas e como frutos de construção sempre provisórias e em movimento” (CANEN, 2015, p.131), convergindo com as perspectivas de identidades pós-modernas descritas e problematizadas por HALL (2006), DA SILVA (2009) e DUBAR (2009).

3 IDENTIDADE E DIFERENÇA

O conceito identidade suscitou muitas interpretações diferentes. Algumas contraditórias outras convergentes entre si. Entretanto, este conceito requer sempre um adjetivo para lhe especificar. A exemplo, de identidade nacional, identidade étnica, identidade social, etc. Cada uma dessas definições traz consigo um leque de significados, de acordo com o contexto, e métodos de análise de acordo com um ponto de vista.

Além disso, as identidades trazem marcas simbólicas referentes a processos de representação que as fabricam por meio da marcação da diferença. Diferenças que não se opõem a identidade, mas antes de tudo, são relacionais, ou seja, “a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (SILVA, 2009, pp.39-40). Portanto, a identidade só pode ser compreendida a partir da diferença.

O conceito de Stuart Hall (2006) acerca das identidades está relacionado ao processo cultural na pós-modernidade. Tomaz Tadeu da Silva (2009) traça os contornos da identidade e da diferença a partir da perspectiva dos Estudos Culturais e faz uma crítica à afirmação de hierarquias culturais que justificam determinadas culturais serem consideradas superiores a outras. Claude Dubar (2009) traz a ideia de identidade essencialista e nominalista que se manifestam de forma plural, suscitando várias combinações. O autor ressalta que nenhuma dessas formas de identidade existentes pode ser considerada dominante ou mais legítima do que outras.

Stuart Hall critica a ideia de identidades do sujeito pós-moderno serem múltiplas. Essa crítica para a compreensão da construção das identidades é fundamental. É partindo dessa perspectiva que Tomaz Tadeu da Silva assegura que para compreendermos esse conceito devemos levar em consideração sua relação intrínseca com a diferença, uma vez que a identidade não existe sem a diferença. Silva (2009) formula a perspectiva relacional da identidade. Ou seja, para existir uma outra identidade é necessário que exista o seu diferente. Tendo em vista que ela não se constrói sozinha, nem tampouco de forma absoluta, sempre será formada a partir da comparação com outras identidades. Neste sentido, toda identidade é também uma construção histórica, pois traz as marcas e contribuições das sociedades construídas a partir das relações sócias contextuais.

O sociólogo francês Claude Dubar (2009) apresenta o conceito de identidade essencialista e nominalista. Segundo o autor, a identidade essencialista não dialoga com o diferente. Essa é a identidade baseada no paradigma que privilegia os aspectos empíricos, que

podem ser provados, que são concretos e que não mudam por serem rígidos. Não reage mesmo que a realidade ao seu redor mude. Sua essência permanece a mesma. Em oposição, a identidade nominalista se baseia em uma mudança da identidade como resultado da diferenciação e generalização. Esses dois processos buscam definir a diferença no âmbito da singularidade ou o que é comum em relação a sua diferença com o outro.

Ou seja, ao mesmo tempo em que sua identidade lhe singulariza, ela lhe coloca em determinados grupos o assemelham. “O ser é, o não-ser não é”, segundo essa ideia, a identidade essencialista não dialoga com o diferente. O que não é da essência do outro, o ser essencialista desconhece. É compreendido enquanto seres empíricos, ou seja, o ser da realidade, da experiência real, concreta, o que você vê, o que você faz, o que pode provar, o ser que não muda, que permanece o mesmo sempre apesar das mudanças em volta.

A essência é fixa, imutável, ou seja, garante a permanência, sempre será a mesma, o ser permanece o mesmo. Essa essência fixa define o sujeito claramente, quem ele é, assim, a identidade dos seres existentes, o ser real, o ser empírico é o que faz com que permaneçam idênticos. Portanto, a identidade essencialista é a identidade dos padrões, dos seres que nunca fogem a esses padrões.

Segundo Dubar (2009), “a identidade não é necessariamente o que permanece “idêntico”, mas o resultado de uma identificação “contingente””. É uma identificação a partir do contexto que ocorre a partir da diferenciação e da generalização ao mesmo tempo (DUBAR, 2009). Ou seja, ao mesmo em que sua identidade lhe singulariza, ela lhe coloca em determinados grupos com a mesma identidade. Ela lhe diferencia, mas ao mesmo tempo lhe iguala. Assim, a primeira nuance da identidade nominalista é aquela que busca definir a diferença, o que constitui sua singularidade dentro do âmbito da diferenciação.

Os sujeitos que utilizam o Nome Social tem uma identidade para ele muito definida, mas essa identidade o diferencia do todo, do padrão, e isso é o que lhe singulariza, pois o fato de ter escolhido um nome diferente do seu nome Civil, faz com que este sujeito fuja desse padrão essencialista. Contudo, essa identidade, ao mesmo tempo em que o singulariza, diferencia, o identifica a outros grupos.

Hall (2006) afirma que conceituar identidade é um processo bastante complexo na ciência social contemporânea e não existe uma que possa ser definitiva. O autor assinala três diferentes concepções de identidade: o sujeito do iluminismo ou o sujeito mais “individualista”, pois ao nascer sua identidade pouco se desenvolve ou muda ao longo de sua vida. Este sujeito tem um núcleo que não irá depender do contexto ou da experiência pessoal, pois é fixo, imutável, uma espécie de essência do próprio sujeito.

O segundo conceito de identidade assinalado por Hall (2006) é a identidade sociológica. Do ponto de vista sociológico, o sujeito também apresenta um núcleo interior. No entanto, este núcleo se altera conforme as interações com o mundo externo, ou seja, esta identidade se forma a partir das relações com o contexto, com as experiências pessoais, como as trocas de valores, sentidos e símbolos. O sujeito sociológico está sempre numa constante interação com as culturas que estão ao seu redor, de sua interação com o “outro”, necessitando do pertencimento a grupos sociais. A centralidade vista antes no sujeito do iluminismo, agora está determinada ao grupo ao qual ele pertence.

Por fim Hall (2006) aponta a terceira concepção de identidade, o sujeito pós-moderno. Esta identidade já não é fixa, e sim, móvel, definida historicamente e circunstancialmente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu coerente" (idem, p 13). As condições da sociedade em que vivemos, sempre em processo de criação de novas formas de expressão, novos grupos identitários, novos valores, pois as estruturas sociais estão constantemente se modificando. A identidade do sujeito pós-moderno é contraditória e transitória, ao mesmo tempo em que ela é algo, se opõe diante daquilo que ela é. Não sendo fixa, pode ser passageira, provisória, temporária, cedendo lugar a uma outra diferente.

Hall (2006) diz que o sujeito pós-moderno emerge da crise do sujeito moderno, pois este passa pelo descentramento. A descentração social e cultural irá constituir em uma “crise de identidade” para o indivíduo. Assim como o sujeito sociológico, o sujeito pós-moderno deixa de ser unificado, centrado e passa a ser pensado como sujeito de muitas dimensões. Do ponto de vista das suas relações sociais, será sempre incompleto, dividido, ambíguo. Fixar a identidade significa normatizar o modo de ser do outro. Esse outro sendo em cada grupo cultural, é tido como a diferença.

De acordo com Hall (2006):

A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (p. 7)

Frente a centralidade da cultura o sujeito tem a possibilidade de assumir múltiplas identidades e muitas vezes elas indicam que não há uma identidade, mas ao contrário disso, elas são compostas de várias outras que são estimuladas, mantidas, suprimidas, em função dos discursos em que estes sujeitos estão imersos.

Podemos dizer que, a identidade é discursiva, contraditória, produzida e associada a diferença, está em constante processo de construção e reformulação. Partindo desse pressuposto, compreende-se que o indivíduo não possui apenas uma, mas que é composto de várias identidades. Identidade de gênero, de classe, de raça, de nacionalidade, de origem étnica, de religião, dentre tantas outras.

Silva (2009) traz uma abordagem nessa perspectiva. Segundo o autor as identidades são formadas de outras identidades, constituídas a partir daquilo que elas não são, ou seja, o seu diferente. Assim, a identidade só pode ser compreendida em sua conexão imediata com a produção da diferença. O sujeito encontra-se pertencente a um grupo por possuir características semelhantes, por outro lado, não se encaixará em outro grupo, pois é marcado pela sua diferença. Nesse contexto, o Nome Social é reivindicado por ser escolhido a partir de algo que o identifica a outras pessoas que também fazem parte desse grupo.

A diferença, portanto, é uma questão de reconhecimento do outro, que traz no seu interior o princípio de que, este outro, tem direito de fazer escolhas. Deste modo, identidade e diferença são inseparáveis. Stuart Hall, Silva (2009) diz que a identidade é construída por elementos simbólicos. A produção de discursos simbólicos, identidade e diferença acabam ficando vulneráveis a relações de poder manifestas em ações. Estas podem oprimir indivíduos e grupos, e neste caso, desvalorizando e silenciando suas vozes, histórias, anseios, etc. A diferença assim, se torna visível, pela sua negação ou de exclusão social, pelo sistema classificatório. Este processo de classificação ocorre no processo de organização social, de ordenação das coisas, atribuindo significado a elas.

Logo, a construção da identidade e da diferença vai depender do modo como as sociedades produzirão suas classificações e a marcação da diferença. O poder de classificar vem acompanhado do privilégio de atribuir valores e hierarquias às coisas classificadas. Assim, a diferença se estabelece culturalmente, caracterizam os diferentes aspectos da vida social. As marcas que vão diferenciar uma identidade da outra geralmente surgem sob as formas de oposições binárias que dentro do sistema de classificação social podemos encontrar diversos exemplos dessas oposições, como mente/corpo, razão/emoção, hetero/homo, nós/ele, etc. Existe sempre uma valorização de um em relação ao outro, determina quem está dentro e quem está fora do sistema visível, ou do sistema legitimado.

Inseridos nessa rede cultural, os sistemas simbólicos geram significados sobre as pessoas e assim, constroem identidades que estão associadas a quem consome ou participa desses, produzindo deste modo, a regulação da vida social sobre estas identidades. Podemos dizer assim, que a identidade e a diferença estão compreendidas na luta pelos recursos

simbólicos e materiais da sociedade. Resultados da construção cultural, e não nascida com ela, estas são internalizados.

Assim como aborda Silva (2009, p. 50):

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebra a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”).

Stuart Hall (2006) contribuiu de forma significativa para essa perspectiva de currículo que volta a atenção para os processos que constroem identidades. Os conceitos trabalhados por Hall (2006) promovem um debate acerca do impacto que o conceito de identidade pós-moderna gera em torno do discurso curricular que reconhece ou não a diversidade e a diferença.

A ideia de identidade móvel trazida por Hall (2006) conduziu à formulação do conceito identidade híbrida, ou seja, identidades compreendidas como “ ‘impuras’, desterritorializadas, transnacionais e dispersas, sempre plurais e complexas”(CANEN, 2015, p.134). Portanto, as identidades movimentam-se entre territórios simbólicos que diferenciam as diversas identidades e explicitam uma oposição a qualquer ideia de fixação que perpetuam valores e modelos por meio de discursos e práticas. É ainda Hall (2006) que instiga a se pensar nelas como sempre provisórias e, por vezes, contraditórias, já que “seus marcadores de pertencimento podem se modificar em função dos contextos das circunstâncias em que atuam (CANEN, 2015, p. 136)”.

A construção da identidade pode ser tanto simbólica quanto social. Partindo desse pressuposto, podemos dizer que, o conflito de afirmações sobre as identidades geram causas e consequências, tanto sociais quanto materiais e emocionais. As representações simbólicas das identidades operam para classificar o mundo e o modo como se dá nossas relações a partir do olhar de cada um. Kathryn Woodward (2009) diz que esse sistema simbólico em torno da construção das identidades pode inclusive, tornar possível aquilo que somos, bem como, aquilo que podemos nos tornar, sendo compreendida enquanto um processo cultural que instituem identidades individuais e coletivas.

Partindo da perspectiva do currículo e das práticas pedagógicas, vale ressaltar que, segundo Canen (2015) as identidades plurais e a construção destas devem ser compreendidas

em três termos: identidades individuais, coletivas e institucionais. As identidades coletivas, segundo a autora, em respeito a todos os sujeitos que estão inseridos nos contextos culturais, que correspondem àquelas que se afirmam nos pertencimentos aos grupos.

Os sujeitos individuais se identificam se reconhece em outros indivíduos e se afiliam a esses grupos que são marcados por fatores de identificação específicos como: negritude, feminismo e LGBTT's, dentre outros. As indenidades institucionais dizem respeito às relações estabelecidas pelos sujeitos individuais e coletivos com as intuições, por exemplo, escolas, Universidades, igrejas, etc.

As identidades coletivas se moldam de acordo com o contexto que estão inseridas, sendo influenciadas pelos seus marcadores identitários. Entretanto, estes marcadores podem contradizer a identidade originária a qual se sentem pertencentes ao se inserir nesse contexto. A identificação pode ocorrer em benefício de outra circunstancial. Vale salientar que a importância de não se essencializar o nível coletivo.

No processo curricular, os professores, os estudantes, os gestores, etc., não se limitam apenas ao reconhecimento da identidade. Para evitar o reducionismo, precisa-se ampliar para o reconhecimento das diferenças dentro da diversidade, caso contrário, as novas identidades podem, do ponto de vista social, permanecer subalternizadas.

Diante disso, discutir e problematizar as questões de identidade e diferença no âmbito universitário, faz-se necessário, pois sabe-se que este é um espaço social em que a cultura institucional tem dificuldade de lidar com a diversidade presente. A Universidade pode, inclusive, contribuir ou não no processo de construção das identidades dos sujeitos nela inseridos, bem como, marca as diferenças entre estes sujeitos, seja de modo cultural ou social.

Contudo, a sociedade está repleta de conceitos que visam impor um modelo de identidade a todos e a Universidade de certo modo também acaba padronizando os modelos de identidade dentro do seu espaço social, cultural e administrativo, que regula o currículo, conduzindo muitas vezes os sujeitos a encaixar-se em grupos aos quais eles não pertencem e até mesmo “negar” a identidade a qual se identificam, para que possam ser aceitos.

Desta maneira, a partir do momento em que o outro passa a existir com suas características diferentes daquelas que o outro sujeito se identifica que a diferença passa a existir no meio social. É nesse contexto que percebemos a função política do currículo na universidade, uma vez que, se esta valoriza e visibiliza apenas uma identidade por meio de padrões acaba por estimular a discriminação ou a segregação das diferenças, dos sujeitos que não se encaixam ou não se comportam de acordo com os modelos impostos socialmente, o que pode dificultar o pertencimento na instituição.

Da Silva (2009) diz que: “Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (p.83). Por isso, a necessidade de que a universidade por meio do seu currículo seja voltado para valorização e promoção da diversidade de modo a possibilitar que o sujeitos inseridos nessa instituição educacional possam ser reconhecidos e respeitados na sua diferença, pelo que se sentem representados e se sentem pertencentes.

As instituições, por meio dos vários sujeitos que a compõem, visibilizam ou invisibilizam as várias identidades existentes em todos os seus espaços e práticas. Segundo Canen (2015), é importante que no currículo escolar universitário brasileiro seja incorporado a multi/interculturalidade, abordando o quanto é relevante pensar a questão da pluralidade identitária cultural em todos os níveis curriculares e práticas pedagógicas. O currículo brasileiro utiliza como modelo hegemônico o tradicional ou científico que utiliza a abordagem eurocêntrica, o sujeito priorizado é o sujeito do iluminismo (DUBAR, 2009).

Existe, portanto, um olhar direcionado para padronização cultural silenciando identidades emergentes que já se apresentam como marginais. Os grupos e identidades de gênero, raça, homo e transafetivos, entre outros, são lembrados ou pouco lembrados na maioria das vezes apenas em datas comemorativas, o que caracteriza o fenômeno focalização cultural ou em momentos de tensão causadas por violência ou luta por espaço. Ou seja, o currículo como um campo de disputa, tende a abordar e trabalhar apenas essas questões consideradas transversais como questões exclusivas de um grupo ou de uma cultura.

A focalização no currículo brasileiro na universidade, ainda é incipiente na abordagem de temas como as questões étnico raciais, para as quais já existe uma lei tornando obrigatória nas matrizes curriculares, entretanto, questões ligadas à identidade como gênero e comunidade LGBTT's, ainda permanecem evitadas e encaradas como desnecessárias chegando ao discurso de que é incompatível com o currículo acadêmico.

Para Hall (2006), as identidades vistas dessa maneira seriam percebidas de maneira genérica e essencializada. Para Dubar (2009) estas identidades são essencialistas, ou seja, fixas, imutáveis, visto que nascidas com o sujeito e impermeáveis ao contexto. Diferem da nominalista, uma vez que se identifica a partir do contexto, o que traz a possibilidade de mudança no decorrer das experiências. Esta última estaria compatível com o currículo pós-crítico ou currículo multi ou intercultural. Essas são questões para reflexão quanto a estrutura curricular nas universidades brasileiras, pois é urgente pensar e construir a efetiva inclusão das várias identidades como conhecimento acadêmico.

Neste sentido Lopes e Macêdo (2011) dizem que as políticas de identidade e as políticas de Currículo se relacionam e influenciam o modo como a sociedade percebe a presença do tema identidade no campo do Currículo. No Brasil as discussões acerca das questões identitárias dentro do currículo têm sido marcadas por: “embates raciais, envolvendo principalmente negros e indígenas, assim como grupos culturais menos facilmente definidos em termos identitários clássicos, como o movimento dos sem-terra, por exemplo.” (LOPES e MACÊDO, 2011, p. 217). No caso do Nome Social como termo identitário emergente as lutas pelo reconhecimento ainda aparecem de maneira inicial nas construções curriculares.

4 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Este trabalho está envolto em questões como identidade, diferença, cultura e subjetividade. Estes são conceitos que estão inseridos em processos institucionais que regulam a construção curricular da educação formal. A preocupação aqui é se aproximar de construções simbólicas, de percepções dos sujeitos envolvidos, de acordo com o que o construcionismo metodológico recomenda a rejeição pelos sentidos prévios.

Neste sentido esta investigação tem uma perspectiva teórica alinhada à pesquisa qualitativa fenomenológica, porque no caso, específico, a preocupação não é ter o controle da construção do objeto, e sim, se envolver com o que este oferece ao longo do caminho e com o que é possível utilizar na contribuição para esclarecê-lo, sem a angústia da definição a priori.

Os acontecimentos foram ocorrendo à medida que os sujeitos forma fornecendo os elementos em torno do fenômeno contemporâneo do uso do nome social, o que lhe confere uma qualidade de singularidade e provisoriedade constante. Ou seja, o que foi inferido nesta investigação não pode ser generalizado para toda e qualquer situação em que o objeto este já presente. Os elementos e as conclusões aqui percebidas são decorrentes das características específicas dos sujeitos e do espaço onde foi desenvolvida.

Dentro do quadro de preocupação em compreender as construções simbólicas, foi necessário que iniciássemos com um caminho metodológico baseado em uma descrição dos processos. Entretanto, para que ocorra uma apreensão e uma explicação com um potencial de contribuição acadêmica, diante um tema relativamente recente nos estudos do campo do Currículo e área da educação, sentimos a necessidade de avançar do ponto da descrição para a fase da interpretação dos dados colhidos. Por isso esta pesquisa tem uma característica metodológica descritiva e interpretativa.

Para que não correr o risco de nos perder em tantas questões possíveis que um novo objeto de investigação pode fornecer, utilizamos a entrevista semi-estruturada para que os sujeitos pudessem ser abordados com um certo espaço da sua subjetividade, mas dentro de um limite conceitual possível de ser observado na limitação de um trabalho de conclusão de cursos de graduação com um tempo reduzido para a conclusão.

Os roteiros de perguntas forma construídos a partir do que a problemática nos forneceu e a partir dos conceitos que esta problemática sugeriu como a mais adequada para o que as questões de pesquisa indagaram. Sendo uma pesquisa qualitativa descritiva-interpretativa, era necessário um procedimento para analisar os dados que permitissem a

descrição possível diante da limitação do tempo e uma interpretação que demonstrasse um mínimo de capacidade de inferência do pesquisador para que este demonstrasse a sua habilidade de autoria, requisito imprescindível para um trabalho acadêmico.

Por isso, análise dos dados foi feita com a análise de conteúdo que permitiu a separação dos trechos das falas que permitiram um diálogo com os referenciais teóricos do campo do Currículo, dos conceitos da identidade e da diferença e do espaço da universidade, locus analisado na investigação. Para este quadro metodológico foram utilizadas as referências das obras FRANCO (2005), GUERRA(2008), MINAYO e GOMES (2007) e CHIZZOTTI (2000).

Foram entrevistados 06 estudantes do CAHL que de alguma forma tinham uma ligação com o uso do nome social. A escolha foi feita entre aqueles que publicamente sabíamos que tinham uma inserção na luta pelo reconhecimento do nome social e outros porque usavam o nome social informalmente. Não houve uma escolha de nenhum curso em especial. O critério de escolha foi o envolvimento de alguma maneira com o nome social. O que todos possuem em comum também é são estudantes do CAHL e que ainda não finalizaram os seus respectivos cursos.

Ao serem abordados para a entrevista, inicialmente foram consultados se aceitariam participar da pesquisa e conceder a entrevista. Neste momento foi explicado que se tratava a investigação. Ao aceitarem foi marcado o dia de cada um e foi perguntado se estes concordavam em serem identificados ou não. Como não houve uma unanimidade na concordância, optamos por identificar os estudantes por E com os números pela ordem do dia entrevista.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, percebemos que seria necessário ter informações a respeito do processo da aprovação da resolução da UFRB que permite o uso do nome social na instituição. A decisão foi de que escolheríamos professores que participaram de processos de desencadeou a aprovação da resolução na UFRB, pelo seu conselho superior. Dois professores foram acessíveis ao trabalho. Estes também buscamos não identificá-los pelos nomes reais e sim com P1 e P2. Os dois são professores do CAHL, participaram da reunião de aprovação ou de algum processo que interferiu na reunião de aprovação. Todos os dois professores são efetivos, do CAHL.

5 ENTRANDO E SAINDO DOS LABIRINTOS NOS DEPOIMENTOS DOS SUJEITOS.

Os depoimentos dos sujeitos da pesquisa nos forneceram indícios de algumas questões que circulam os processos curriculares na universidade e também que são apontados nos estudos do campo do Currículo a respeito da interferência na identidade dos agentes que compõem a instituição universitária. O uso do nome social é um objeto que está sendo investigado nas ciências sociais. Entretanto, na área educacional é um objeto novo e principalmente nos estudos envolvendo os currículos universitários. Neste sentido, a primeira abordagem que foi feita aos sujeitos foi sobre o entendimento destes a respeito do Nome Social. A maioria deles, 05, se referiu à questão de ser um nome ligado à identidade do sujeito e ligado ao incomodo em relação ao nome de registro. Apenas um, nunca tinham ouvido falar nesta questão.

E2: - a gente consegue as coisas assim aos poucos, a gente vai conseguindo nas migalhas... que são importantes ... Pra que a gente legitime, pra que a gente tenha o nosso direito enquanto identidade de gênero

E4: - Nome Social pra mim é o nome que você se aceita, se entende de tipo, você se vê com aquele nome, e quer que as pessoas respeitem a utilização do mesmo.

E5: - Nunca tinha escutado falar nisso aí não, eu conheço um nome lá no registro civil, conheço meu nome hoje espiritual... mas Nome Social eu nunca ouvido, nem visto falar, sei lá, ou alguém comentar algo sobre.

Essa rejeição ao nome de registro vem vinculado à ideia de conforto, de prazer, de se sentir bem com o nome que escolheu para se relacionar socialmente, sentimento de pertencimento.

E6: - É o nome que a pessoa utiliza como se fosse um pseudônimo por rejeitar o seu próprio nome natural que foi registrado.

E1: - é uma forma que... eu prefiro ser chamada. É uma forma que eu escolhi pra que as pessoas...eu me sinto melhor quando as pessoas me chamam.

A adoção do nome social para os sujeitos está sempre vinculado à ideia de sentir-se bem socialmente, ao modo de reconhecimento social, à satisfação do desejo de se distanciar da identidade pré - determinada pelo registro de nascimento. As identidades predeterminadas do ponto de vista legal, desempenham um papel muito semelhante à identidade essencialista que vincula à questão do nascimento ao padrão moral da sociedade. Aquilo que é escolhido pelos pais como nome, corresponde à ideia do que se pensa sobre o papel social que deve-se desempenhar.

Deste modo, o nome social é o nome que o sujeito se identifica, não pelo simples fato de ser bonito, mas porque revela sua identidade, não a identidade que é construída fora dentro dos padrões tracionais, mas uma identidade que o próprio sujeito vai forjando com elementos que revelam seu sentimento de pertença, o nome social ressalta o sentido de pertencimento dos sujeitos.

E1: - porque eu não gosto do meu nome de batismo. Não gosto, nunca gostei.... Eu acho que isso acaba piorando ainda o caso de eu não aceitar, não sei o porquê, mas eu tenho essa aversão ao meu nome, não gosto muito não.

E3: - Eu adoto. Eu normalmente eu adoto o Nome Social porque eu me sinto bem com o Nome Social. Eu me sentiria constrangido eu tá utilizando, ser chamado na verdade pelo meu nome de registro, de cartório na verdade.

Essa idéia de pensar no papel social predeterminado, fixo, imutável frente aos padrões com o passar do tempo em que as pessoas passam fazer escolhas, se o que lhe identifica não tiver correspondência com a expectativa consigo mesmo, o modo como os outros se dirigem pode ser caracterizar como uma violência. Por isso, a postura dos professores em uma instituição educacional é de muita relevância porque, a prática curricular, ou seja, aquela que transforma o currículo em real ou não, pode marcar negativamente a identidade dos indivíduos.

E2: - Eu adoto Nome Social na UFRB desde que foi é...desde que a Resolução... já era uma inquietação minha desde que quando eu estudava em X... eu já não queria que a aquele nome fosse identificado, o meu nome de civil não fosse identificado na caderneta [...]em vários momentos eu me senti violentado por muitos professores não quererem, alguns professores concordavam.

O modo como a instituição trata as identidades pode contribuir ou não para a mudança ou o desconhecimento das outras pessoas para novas identidades. O esclarecimento do que seja o nome social para um contexto que ainda sabe pouco sobre ele, é de responsabilidade de

um Centro que se coloca como adepto ao respeito das identidades emergentes, tão discutida pelo contexto pós-moderno.

Deste modo, CAHL ao instituir o nome social para uso nas atividades internas acadêmicas da Universidade dá visibilidade a essas novas identidades, abordadas por Hall (2006) como “sempre provisórias e, por vezes, contraditórias”, uma vez que elas são móveis e não se fixam apenas em uma identidade, mas mudam de acordo com os contextos das circunstâncias em que atuam. No entanto, a partir da fala do sujeito E2 podemos perceber o quanto a Universidade ainda se mostra como um espaço conservador. Mesmo o CAHL, com toda sua diversidade ainda assim possui um intrínseco conservadorismo presente em seu espaço, revelando a importância de temas como este relacionados ao nome social serem inseridos nas construções curriculares.

Além disso, é importante que a instituição abra discussão sobre essas questões identitárias porque elas podem se manifestar por diversos motivos, inclusive de maneira que ressignifica antigos hábitos como adotar nomes diante de religiões, apelidos diante dos grupos sociais etc.... O importante para esses sujeitos é que não se tenha uma postura de fixidez ou preconceito diante de novas abordagens quanto aos nomes que se quer adotar.

Uma vez que como abordado Hall (2006) as identidades não são fixas, elas são transitórias, provisórias e também contraditórias. Assim ressaltar e promover a liberdade de escolha do nome segundo aquilo que traz sentido de pertencimento aos sujeitos, que lhes remetem a uma identificação com algo que eles acreditam, é fomentar a importância de respeito às escolhas e as diferenças.

E nessa diversidade de identidades contidas no espaço universitário, em especial o CAHL, como locus dessa pesquisa, a diferença encontra-se sempre presente, uma vez que, como já foi abordado nesta pesquisa, da Silva (2009) diz que não existe identidade sem diferença e vice-versa e que uma não se apõe a outra. Assim, o espaço acadêmico será sempre marcado pela multiplicidade de identidades, bem como pelas diferenças que cada uma delas traz consigo, representadas na singularidade subjetiva de cada sujeito.

E4: - Não tenho um Nome Social pra mim, mas acho válido e respeito, a pessoa se auto se identificar com aquele nome.

E5: - Eu não tenho nome social não, eu tenho nome espiritual que eu recebi a mais ou menos 3 anos há atrás.

E6: - o nome social que eu tenho é um apelido... por ser uma coisa tão carinhosa eu resolvi aceitar por que é mais bonito.

As marcas identitárias da pessoa estão sempre vinculadas ao modo como a família encara as escolhas de cada um dos seus membros. A postura diante da sociedade tem sempre a bagagem das relações familiares diante das mudanças das pessoas.

E2: - Eita complicado! Super complicado! Por exemplo, assim, eu tive problemas seriíssimos com a minha família,.. Então a relação assim não é uma das boas não. A minha mãe assim, é a pessoa que eu mais relevo assim, por ser a pessoa com que eu mais tenho proximidade, então as vezes eu relevo assim, quando ela me chama pelo meu nome civil, mas também eu entendo que é uma questão de mãe assim.... Não seu nome é esse daqui, botei lá no seu registro te tal...

E1: - É super aceitável, porque assim ninguém me chama pelo meu nome de batismo, ninguém me chama pelo meu nome civil, todo mundo me conhece, não só na minha casa, mas como na comunidade.

Muitos dos sujeitos da pesquisa não expressaram ter problemas muito sérios com os familiares quanto ao nome social. Alguns não disseram o que a família pensa. Mas todos implicitamente expressam o modo como a família encara a sua identidade por trás do nome. Neste ponto podemos perceber também o quanto é importante que este tema seja mais trabalhado e discutido não apenas no espaço universitário, mas que seja expandido para sociedade, para que seja compreendido também em outros espaços além dos formais.

E3: - nem todo mundo da minha família sabe sobre essa questão do Nome Social. Minha mãe é tranquila, ela é de boa, ela não me faz perguntas.... Agora tem pessoas na minha família que aceita de boa essa questão do meu Nome Social, eu tenho uma tia mesmo que tipo assim, ela é funcionária pública Federal e ela dá o maior apoio sobre essa questão do Nome Social, tenho primos, irmãs e eles acham importantíssimo eu tá lutando pelos meus direitos, tá lutando pelo direito... essa questão da minha família, eu me sinto ainda tranqüilo.... Eu sei que ainda aquela questão que às vezes a mãe da gente ainda fica um pouco , na verdade “incomodada”, né?! Incomodada pela questão de você ser chamado pelo nome feminino,.... por enquanto não tive nenhum problema com a minha família sobre a questão do Nome Social.

E5: - Tranquilo. Minha mãe ela não consegue me chamar... mas eu compreendo, com 40 anos, 42 anos.... Ela é de terreiro também, meu tio também pela mesma forma e outras, e outras pessoas, até no meu local de trabalho, meu nome chama atenção,.... a maioria dos meus colegas e colegas de trabalho são evangélicas

A instituição formal de educação, entre elas, a Universidade, tem um papel de formação cultural muito importante. Esse papel pode influenciar as outras instituições por meios dos sujeitos que frequentam e por meio de novos padrões que o currículo pode tencionar e interferir no comportamento dos sujeitos porque constrói novos conjuntos simbólicos. Além disso, a Universidade nesse contexto como um espaço de construção de conhecimento e cultura deve também ser utilizado para problematizar estes temas ainda pouco trabalhados de modo a possibilitar que essas novas identidades seja também ouvidas e percebidas enquanto sujeitos sociais.

E1: - muito importante, até porque, por conta dessa questão da aceitação.

E2: - a importância da Universidade institucionalizar mesmo com esse retrocesso que a gente tá vendo... é um direito que a gente quer ser chamado por aquilo que a gente realmente se identifica, por aquilo que a gente quer se sente confortável.

E4: - Com certeza, tem e deve respeitar, até por que é parte de Universidade... Que tem diversidades e que deve ser respeitada, e assumida... Tem que ser reconhecido e respeitado o nome que você quer ser chamado, é importante partir daqui pelo menos isso.

E6: - se uma coisa que desagradar a outras pessoas, nada como você aceitar as pessoas como elas são, se uma opção que a pessoa fez de ter um nome social, porque não respeitar? Então acredito que a universidade deveria aceitar.

As falas desses sujeitos revelam a importância da Universidade institucionalizar e formalizar a questão do nome social. Para estes sujeitos esta questão está ligada essencialmente ao respeito, ao sentido de pertencimento, as questões de aceitação que envolvem a identidade que eles escolherem e que se sentem intrinsecamente pertencentes.

Desta maneira a postura da instituição universitária transmite também a relevância que está dá ao público que ela atende. Ela, por meio das suas várias decisões que interferem nas práticas diárias, transmite a mensagem de que está construindo os seus processos de acordo com o propósito que a criou ou não. No caso da UFRB, o público que ela atende depende de muitas medidas que garantam a vontade e a possibilidade dos seus sujeitos permanecerem nela.

E2: - então a Universidade institucionalizar isso e melhorar até mesmo essa portaria do Nome Social... pra que professores consigam, pra que técnicos, pra que outros estudantes consigam respeitar o Nome Social... isso daí iria visibilizar uma permanência... estejam dentro da Universidade e a questão de permanência é algo extremamente importante.

E3: - o estudante que se declara transgênero, ele tem a gratidão e o direito de usar o Nome Social, isso é importantíssimo porque é uma conquista [...]tem colegas mesmo que acabam

deixando a Universidade, abandonando a Universidade por problemas psicológicos de ser chamado pelo nome que ele não quer ser chamado.

P2: - a Universidade já nasce com esse ímpeto da inclusão... quando isso acontece há um constrangimento... Então numa discussão dessas que tem uma comissão falando pra que a UFRB adote o Nome Social e tal, uma pessoa ter peito de dizer : - Eu sou contra!... as resistências claro que há nas bordas, mas acho que isso não foi tão escancarado,... o silêncio seja uma maneira disso... a nossa realidade, a realidade que é do CAHL a gente brinca essa coisa da diversidade que é do CAHL.

A instituição tem também o papel de esclarecimento, no sentido de apresentar novos parâmetros de valorização do que até então é invisibilizado ou considerado dispensável para as pessoas. Se configura recriar uma cultura de valorização do que o outro considera importante para si. A academia tem hoje um papel de suscitar discussões em torno das nossas posições sociais, daquilo que nos representa. Os nomes dizem muito mais do que um enunciado. E isso está ligado aos diversos interesses e aos diversos ambientes que nos preenchem culturalmente e emocionalmente.

E2: - porque por mais que a gente pense assim: Ah, não! É só um nome, mas não é só um nome, são várias violências que as pessoas passaram todas as suas vidas, a negação, a recriminação, estigmatização da sua identidade de gênero... se sentam num espaço respeitado pra que elas mesmas consigam reescrever as suas histórias. Consigam, sabe? Visibilizar suas histórias.

E5: - É importante que a universidade institucionalize o Nome Social, bem como Nome Espiritual ,... pra que chame mais atenção das próprias pessoas que usam um nome social,

Neste sentido de pertencimento estas falas mostram o quanto o nome social é importante, principalmente pra visibilização destas identidades, muitas vezes postas as margens da sociedade. Estes sujeitos encontram nesse direito garantido e conquistado com lutas, mesmo que permitido apenas em alguns espaços que possibilitam o seu uso, uma maneira de chamar atenção para sua presença, para que sejam respeitados enquanto sujeitos que também possuem direitos e deveres como qualquer outro.

A entrevistas revelam ainda para esta pesquisa que os estudantes participam pouco ou nunca participaram de debates e discussões acerca desta temática. Ao serem questionados sobre a participação em alguma discussão a respeito do nome social, a maioria respondeu que nunca haviam participado. Essa questão traz a preocupação do modo com a universidade vem encarando temas que são polêmicos, novos, mas que estão diretamente ligados aos seus perfis enquanto nova universidade.

E1: - Não, nunca participei.

E3: - eu não participei assim dentro de um grupo .. mas em congressos, mesas redondas e outros assuntos foram debatidos essa questão do Nome Social.

E4: - Não. Acho que falta até isso, né ? Até pelo fato daqui da Universidade ter algumas pessoas que já utilizam.

E5: - Não, se já houve alguma, nunca ouvir falar.

E6: - Não, até o presente momento não.

Isso tem convergência com a resposta dos professores que falaram sobre o modo como a UFRB encaminhou o processo de aprovação da resolução.

P1: - Não participei de nenhuma infelizmente... institucionalizou e que referendou o Nome Social. Foi um motivo de grande alegria na época pra todos, todos os colegiados, lembro disso, mas não foi uma discussão na verdade, foi um... informe da reunião que nos disse a questão de como foi a sessão que institucionalizou o Nome Social.

E4: - Não. Eu até li um pouco sobre o Nome Social, mas não na instituição da UFRB.

E5: -Olha, não conheço a resolução que usa o Nome Social, não conheço, como eu lhe disse, to conhecendo esse nome agora, então nem sabia que existia isso aí.

O CAHL é um centro que é conhecido pelas suas reivindicações pela sua aparente convivência com a diversidade, mais aberto às questões sociais. Carinhosamente o CAHL é chamado de “caos”, pelos conflitos e pelos temas polêmicos que comumente estão nos seus cotidianos. Entretanto, esta questão do nome social é pouco discutido ainda nos seus vários espaços.

E1: - Eu não vejo muita, muita divulgação, eu não vejo as pessoas tratarem muito sobre, até porque a primeira pessoa que eu to vendo tratando sobre esse tema é tu... tem muito pouca discussão.

E2: - é muito pouco abordado, porque acaba que só eu tenho, não vou dizer que domínio,.... Então a discussão no CAHL é muito pouca e olha que a gente tá num centro de humanidades, um centro que teoricamente e olha que as pessoas dos outros centros tem uma visão de que a gente discute isso em sala.

Sobre como os professores percebem o tratamento do CAHL em relação ao tema do uso do nome social, estes também são unânimes quanto ao sentido de perceberem que apesar do CAHL ser considerado o centro que mais abarca as diversidades identitárias e culturais ainda contém fortes vestígios de preconceitos de todas as formas, racismo, homofobia, etc.

P1: - Mesmo “o CAHL”, sendo um centro moderninho, um centro isso... um centro dos gays, das trans.. - Tem muita coisa a mudar... é o centro que tem o maior número de denúncias de... homofobia, de racismo, de machismo, de lesbofobia, de transfobia... Inclusive de problemas relacionados a estudantes que já adotam o Nome Social e que não... alguns professores insistem, né, em não chamar a pessoa pelo seu Nome Social... todos os curso daqui pelo menos deve ter, sei lá, uma disciplina de Sociologia.

P2: - já ouvi casos de resistência.... já ouvi casos de resistência... um embate do professor, dizendo não, eu não te reconheço tal como a sua subjetividade e procure seus direitos... isso gerou um embrolho muito grande, a militância questionou [...] As pessoas devem que seguir a Resolução.

Desta maneira, essa pouca discussão, traz não só o desconhecimento, mas contribui para a continuidade de comportamentos, conscientes ou não quer tornam o ambiente universitário inóspito , o que pode ser percebido nas falas de alguns estudantes entrevistados.

E3: - Eu tenho observado e na verdade teve uma época que teve até uns colegas meus que se sentiram um pouco constrangidos na sala de aula por alguns professores,.. teve uns colegas meus mesmo que são representantes do movimento LGBTQ+ e queriam questionar. E foi questionado no... na...dentro da...dos cursos.

E2: - Então muitos momentos na sala esse mesmo professor, outros também, mas esse mais especificamente, porque foi o que eu abri o processo ele me desqualificava assim com relação ao meu nome, assim, ele não falava nem da questão do potencial de escrita assim, mas falava com relação em como eu ia assinar, então ele ficava muito mais preocupado nisso, sabendo que isso daí tinha que ser uma preocupação que teria que vir de mim, não dele.

Assim observa-se que a pouca informação acerca deste tema, gera muitas vezes estranheza, constrangimentos e até mesmo violência para além da verbal e física, uma violência psicológica que produz por vezes nesses sujeitos conflitos interno que podem de algum modo afetar a construção de sua identidade, dos seus conhecimentos, levando até mesmo ao abandono dos cursos, pois não se sentem acolhidos, representados e respeitados no espaço de ensino.

Os estudantes, bem como professores entrevistados, tem clareza de que a rejeição ao nome social está ligada ao preconceito e à falta de informação. Entretanto, eles encaram como uma contradição ocorrer esse fenômeno com os professores da universidade, em especial num Centro de Artes, Humanidade e Letras.

E1: - é... um preconceito, porque ainda mais se partir da questão de docentes que de certa forma a gente vê como aqueles que têm que quebrar esses paradigmas

E2: - é um grande erro do centro em não promover, por exemplo, assim, mais debates ou mais disciplinas... é preciso só que isso seja discutido, seja trazido para dentro de sala.... isso mostra que, tipo assim, que nem todo mundo tá interessado em realmente saber,... nem sabem o que tá acontecendo na Universidade, nem sabe que isso existe, é porque realmente são desinteressadas sobre o tema, pra elas não importa a diversidade de gênero, não importa a diversidade sexual, não importa esse nome, isso pra elas eu vejo no mesmo balaio.

P1: - passo por uma questão cultural, segundo que do ponto de vista dos docentes é inadmissível que os docentes não saibam,.. os docentes tem obrigatoriedade de saber e... uma questão que tá normatizada então não tem muito o que colocar... aqueles que insistem em não respeitar o Nome Social eu tenho sido radicalmente contra qualquer tipo de desculpa,.. a relação que se coloca, por exemplo, numa sala de aula é uma relação profissional, então não há desculpa, não há desculpa pra você desrespeitar,... expor mesmo, até chegar a nível de punição

P2: - acho que falta sensibilidade, acho mesmo, e aí eu digo sensibilidade inclusive como profissional da educação... professores que se tornam professores universitários sem se incomodarem com a questão da própria educação, não discute educação, não discute processo de aprendizagem, não discute relação de professor e estudante, não discute diversidade, então sabe falta assim uma noção de diversidade cultural.

Percebemos que os estudantes sentem essa rejeição como preconceito, como um erro, uma vez que a universidade não debate, não discute esses temas dentro da sala de aula o que torna está discussão especialmente para alguns professores irrelevante. Já os professores entrevistados, percebem essa problemática, como uma questão cultural, como algo necessita a discussão, principalmente sobre a diversidade cultural.

Essa rejeição, ausência de debate sobre esta temática abre a possibilidade de ocorrer episódios de constrangimento, o que leva ao estudante a procurar se defender da maneira que pode, o que contribui para que o ambiente do CAHL se torne cada vez mais contraditório.

E2: - em sala teve vários momentos... o último que eu abri o processo contra ele [...] eu evitava que os professores fizessem chamada com meu nome, pedia. Mas esse professor mesmo ele já sabendo desde o início que meu nome... eu dizia pra ele, ele ficava tirando chacota de mim em sala e eu ficava morta de vergonha.

E3: - teve colegas que ficaram assim meio assustados, teve professores também... Teve professor que achou estranho por ver um pessoa que se considera Travesti ou Homossexual tá ali o seu físico masculino e você ser chamado pelo nome, até o nome de uma pessoa que é XX, uma pessoa de cargo, a pessoa pelo seu físico masculino, mas um nome feminino... ele tomou um susto na sala. Ele ficou assim impressionado me olhando,... mas têm ainda aqueles olhares assim, as pessoas te olham assim meio de lado.

Essa violação desse direito muitas vezes reflete na permanência desses sujeitos na universidade, afeta no seu desempenho acadêmico, além do constrangimento, da agressão psicológica, uma vez que, sua identidade não é respeitada. Revela toda essa contradição do

espaço acadêmico que deveria ser um ambiente de respeito à diversidade, mas que, no entanto, insiste em mostrar o seu lado conservador. Sendo necessária a luta constante de quem faz uso deste.

Contudo, apesar desse processo de defesa do uso do nome social ter como reivindicação por parte de quem faz uso dele a ampliação da luta, com a participação de um maior número de pessoas, existe contradição também no que diz respeito à extensão desse direito de usar o nome social, podendo ser observado na fala do entrevistado E2.

E2: - De outras pessoas? Não, não, não, não concordo... como ela não é uma pessoa trans, ela tem uma maior facilidade, até porque a mudança do nome não vai ser uma coisa tão gritante, então ela tem uma maior facilidade pra conseguir outras instâncias, tipo assim, outras instâncias mais jurídicas pra poder conseguir a mudança do nome... Eu acho que a conquista do Nome Social, é uma conquista do Nome Social diretamente, especificamente de uma demanda trans, demanda de pessoas que sofrem e já são discriminadas

Entretanto, existem outras demandas em torno do uso do nome social, para além dos travestis, transexuais, apesar do reconhecimento do protagonismo destes nesta luta. Sujeitos que também não se identificam identitariamente com o nome que lhe fora atribuído enquanto criança e que gostariam de adotar o nome que também revela neles seu sentido de pertencimento. Podemos observar isso nas falas seguintes.

E1: - A questão da pessoa se sentir representada. Esse nome me representa, então eu quero utilizar esse nome, é egoísmo você pensar apenas no seu, naquilo que lhe toca, naquilo que lhe prejudica... tem que pensar em todas as categorias, independente de que eu vá tirar ou não benefício pra mim.

E3: - Eu acho que seria importantíssimo sabia? Fazer essa expansão do Nome Social pra outras categorias,.. ser chamado do nome que você deseja.

E4: - Com certeza. Até eu mesmo tenho problemas com o meu sobrenome, eu não gosto do meu sobrenome, se eu pudesse eu gostaria de tirar meu sobrenome [...] Eu não gosto do meu sobrenome, então eu gostaria de tirar assim, independente de transexual. Sim, com certeza, eu acho... continuo falando do respeito por você, por sua identidade.

E5: - Acho importante que ela estenda o Nome Social para outras categorias, mas que dentro da própria resolução ela faça um emenda incluindo Nome Social, e Nome Espiritual, além da categoria LGBTT, além de qualquer outra categoria é importante sim, que todos lutem pra garantir o direito de usar o seu Nome Social, bem como nós da Religião de Matriz Africana que temos o nosso Nome Espiritual, que nós também possamos usar com tranquilidade.

A construção da identidade, no processo de institucionalização das práticas, tem importância para que seja legitimado a nova cultura.

E1: - a identidade parte daquilo que você se sente representado... Uma trajetória e uma identidade baseada em um nome que não me representa.... meus pais escolheram esse nome pra mim, mas se em alguma fase da minha vida eu não, eu não me sentir bem com aquele, eu não me sentir representada com aquele nome, eu acho que nós teríamos, teríamos que ter o direito de, de trocar esse nome... o direito de escolher como você quer ser chamado e ponto final.

E2: - A construção da minha identidade... no início ele veio como forma apelido, ele veio como uma brincadeira e tal, mas era algo que eu me identificava... assim, desde pequeno eu me desconfortava com essa questão masculina, essa institucionalização do nome pra mim é importante porque mostra realmente aquilo que eu me identifico.

E3- pra mim é uma alegria, depois que eu vim pra Universidade Federal, chegar aqui e ser chamado pelo meu Nome Social... eu me sentia uma pessoa forte.

O sentimento de pertencimento ao CAHL não é uma unanimidade entre os participantes porque está relacionado ao modo com o ambiente do centro acolheu o processo de reivindicação do uso do nome social e porque, para alguns existe uma contradição entre a imagem de um centro que acolhe as diversidades e o que ocorre no cotidiano.

E1: - Não totalmente, porque eu vejo que aqui no CAHL, apesar de se pregar tanto a questão da liberdade, a questão da aceitação tem muito preconceito em relação ao diferente, em relação aos padrões que são pregados aqui na própria Universidade... você acaba sendo excluído de certa forma, você acaba sofrendo preconceito.... vezes não me sinto representada, porque eu percebo pelos olhares, pelos gestos, pelos discursos que é contraditório, é o discurso contraditório.... olhado de forma diferente, de forma estranha.

E2: - Não! (risos) Não! Tem que explicar por quê? (risos) Não, eu acho assim que qualquer pessoa que seja, vamos dizer assim, que seja dissidente... não me sinto não, como assim, como falei, qualquer pessoa que esteja fora desse padrão... A gente às vezes não se sente pertencente a esses espaços, mas é preciso que a gente esteja nesses espaços pra que a gente consiga fazer a mudança.

Mesmo com as contradições, entre os entrevistados, existem aqueles que se sentem pertencentes ao CAHL porque fazem uma comparação ao ambiente externo e a outras experiências na universidade nas quais os processos de resistência por parte da comunidade universitária e o estranhamento por parte dele mesmo era maior.

E3: - eu me sinto muito bem. Eu mesmo quando cheguei aqui pro CAHL eu me senti MA.RA.VILHOSO!.. Quando eu vim aqui no CAHL, quando eu cheguei aqui no CAHL eu disse: - Realmente, aqui é a minha, é o meu berço. O CAHL é o meu berço, o CAHL é minha casa, O CAHL é minha vida. Porque o CAHL, isso aqui é um... eu não tenho nem palavras na verdade, o CAHL ele é diversidade, cultura.

E6: - Bom, eu me sinto no ambiente pelo fato de discente, né ? Pelo fato de ser discente, pelo fato de trabalhar lá dentro, então minha filha, eu sinto parte por que sou da UFRB.

A respeito do modo como os sujeitos acreditam que os outros o vêem, ou seja, como os outros o reconhecem, 3 dos entrevistados não soberam como falar e optaram por não responder essa questão. 1 deles acredita que os outros ainda lhe enxergam de modo deturpado, não o levam a sério por conta do nome que ele escolheu. Outro respondeu que as pessoas o enxergam como uma pessoa corajosa e 1 deles diz que a primeiro instante as pessoas veem com espanto a mudança do nome e preocupados em conseguir pronunciar o nome, mas ao instante em quem explica que podem chamar apenas por um de seus nomes as pessoas aceitam sem problemas.

Esta questão revelou que o nome social também pode ter seu lado contraditório, uma vez que mesmo ressaltando e promovendo o sentido de pertencimento identitário dos sujeitos, muitas vezes esses nomes causam estranheza de outras pessoas e até mesmo pré-julgamentos acerca desses sujeitos que os utilizam. Podemos observar isso na fala dos sujeitos abaixo.

E1: - Sem respostas

E2: - eu acho que as pessoas me veem uma pessoa, eu acho que as pessoas não me levam a sério, eu tento o tempo todo mudar isso,.. Acha que tipo assim, meu Nome social é esculhambação.... ! Eu percebo nos olhares assim, no modo como tratar, porque as pessoas me veem ainda como algo muito esculhambado,.... só que eu quero fazer é subversão.

E3: - Tem pessoas que me vê como uma pessoa corajosa, até mesmo por conta de eu ter colocado meu Nome Social... Já tem outros colegas que acham lindo o nome, os professores mesmo aqui do CAHL acham importantíssimo essa questão do meu Nome Social, acham bonito aíficam falando

E4: - Sem resposta

E5: - A princípio quando alguém conheceu o outro nome, e quando eu digo as pessoas mais intimas que eu prefiro que me chamem de E5, assustam, “mudou de nome foi? ”, não, não mudei de nome não, eu sempre tive esse nome, só podia ser usado depois que passa pela iniciação, “mas eu não vou conseguir lhe chamar por esse nome não que é muito difícil”, não tem problema não, pode me chamar pelo outro nome que eu também vou lhe entender.

E6: – Sem resposta

Portanto, estas afirmações trazidas por estes estudantes e professores demonstram necessidade de mais pesquisas em torno deste tema, bem como de outros temas que envolvem esses sujeitos muitas vezes subalternizados, além da necessidade da abertura de um currículo que ampliem esses debates quebrando assim preconceitos e estigmas que são forjados nesse espaço que deveria ser lugar de empedramento, construção de identidades e troca de saberes e

culturas, mas que ao longo dessa análise de dados, mostrou-se um espaço completamente contraditório e conservador .

6 CONCLUINDO PROVISORIAMENTE PARA CONTINUAR O PERCURSO.

A realização desse trabalho possibilitou reconhecer e perceber as novas identidades que tem se constituído ao longo dos anos. Estas identidades tantas vezes invisibilizadas, excluídas, tornam-se hoje visíveis graças à conquista de direitos. Direitos estes muito importantes para a afirmação destas identidades e a conquista do respeito que por vezes é negado. A adoção do nome social enquanto política pública nas universidades é uma dessas importantes conquistas que visa garantir dignidade aos sujeitos que o utilizam.

No entanto, esse direito ainda é conhecido pelas poucas produções teóricas que abordam este tema, o que ainda o caracteriza como precário. A importância deste trabalho é revelar a relevância das medidas curriculares diante de novas identidades. As medidas institucionais, mesmo que formais regulam os processos culturais e, portanto, podem ultrapassar os limites dos muros da universidade.

Assim, foi um grande desafio pesquisar sobre o Nome Social na universidade e as tensões curriculares no CAHL justamente por essa ausência de produções em torno do tema e porque ainda existem muitas resistências. Temos a imagem de que o meio acadêmico é sempre aberto a novos processos, mas foi revelado o quanto ele é conservador.

Contudo ao instituírem a Resolução do Nome Social em suas atividades institucionais as Universidades possibilitam aos estudantes o direito de serem reconhecidos pelo nome que escolheram e que se sentem pertencentes, minimizam a evasão desses estudantes muitas vezes excluídos e revela a importância de assegurar a estes sujeitos a possibilidade de permanência nos cursos, uma vez que, muitos acabam abandonando por se sentirem excluídos, desrespeitados e violados. O CAHL da UFRB enquanto espaço educacional onde a diversidade e esses novos sujeitos se constituem e se mostram mais fortemente, tem papel importante para construção e afirmação das identidades destes.

Ao instituir a Resolução nº 001/2015 do Nome Social e garantir aos estudantes o direito de adotar o nome que eles escolheram e que tem grande significado no sentido pessoal de cada, o CAHL fomenta a importância de dar voz a essas identidades quase sempre marginalizadas, estigmatizadas. No entanto, ao longo desta pesquisa, é perceptível que ainda precisam ser feitas mudanças no modo como o tema é tratado nas questões curriculares, uma vez que, embora seja uma garantia legal, o tema ainda é muito pouco conhecido e debatido dentro da Universidade.

Nesta perspectiva, essa ausência de debate possibilita o tensionamento em torno do Currículo abrindo discussões e pensando possibilidades de inserir esse tema nas questões institucionais do CAHL, trazendo o Nome Social para o centro dos debates curriculares. Vale ressaltar que de acordo com as teorias Pós-Críticas para a construção cultural é importante lembrar que tanto a que a sociedade, a sala de aula, as instituições, dentre elas as Universidades se constroem a partir da diferença em suas várias possibilidades.

Além disso, durante as entrevistas foi possível perceber a necessidade de se debater nome social no âmbito curricular, uma vez que, além da categoria Ts, Travestis, Transexuais, sujeitos que já possuem o direito de requerer o nome social na universidade, existem outros sujeitos, outras identidades que também reivindicam esse direito, partindo do pressuposto de também tem o direito de escolher o nome que se sintam bem, representados, que se identificam e ressaltam sua identidade.

Durante as entrevistas com os estudantes fica evidente como o tema do Nome Social ainda é pouco discutido dentro do espaço do CAHL, embora este seja considerado o centro da diversidade, das identidades variadas e embora já existam pessoas que adotem nome social na instituição, o tema ainda é pouco conhecido.

Até mesmo os que já adotam o nome social, muitas vezes revelaram-se um pouco confusos quanto a real importância desse direito ser garantido e efetivado. Esta percepção revela a importância de se pensar a abertura do currículo para que estes temas sejam inseridos e trazidos para discussão dentro e fora da sala de aula. Os professores têm papel importante no reconhecimento dessas identidades, a partir do momento em que respeitam a Resolução e reconhecem este direito dando a estes sujeitos o sentimento de acolhimento e inclusão.

No entanto, no decorrer das entrevistas fica perceptível que eles reconhecem que muita coisa ainda precisa ser mudada, trabalhada e construída especialmente no sentido de punir aqueles que insistem em não cumprir com o que rege a lei institucional. Deste modo, os professores são fundamentais nesse processo de expansão do currículo para abarcar esses novos temas bem como a necessidade de construção de ações e políticas públicas como a instituição do nome social que garantam a permanência do estudante.

O CAHL enquanto cenário dessas mudanças precisa assumir a postura de um olhar mais aprofundado e cuidadoso sobre seus estudantes. Pensar num Currículo que englobe questões como o nome social bem como para a elaboração de ações e políticas voltadas para este público tão diverso, traz consigo o sentido de novos significados e desafios.

No que se refere a realidade do CAHL, é preciso considerar que este processo de abertura do Currículo é fundamental ao sucesso da própria instituição como instrumento de

enfrentamento de situações discriminatórias, constrangedoras que levam muitos desses estudantes a abandonarem seus cursos. A efetivação dessa política pública para o uso do nome social mostra o quanto esta política é necessária para permanência desses sujeitos na Universidade, para promoção da dignidade destes estudantes, tantas vezes violados dentro e fora desse espaço educativo.

O CAHL sem dúvidas tem grande significado para cidades de Cachoeira e São Felix e não é por acaso que o Centro de Artes, Humanidades e Letras, fica situado justamente na cidade de grande diversidade cultural. O CAHL-UFRB procura atender a perspectiva que demanda destas duas cidade e das cidades circunvizinhas que também trazem consigo mais um leque cultural, tentando deste modo, estar pronto a cumprir esta tarefa de instrumento transformador de realidades.

Deste modo, ressalta-se a importância do CAHL em estar sempre atento a essas novas identidades, uma vez que, estas são flexíveis e estão sempre em processo de transformação conduzindo assim, a UFRB, através do CAHL, a ser uma universidade integrada à sociedade, interagindo e contribuindo com o desenvolvimento da cidadania e igualdade que envolvam a comunidade. Assim a importância do CAHL-UFRB vai além das contribuições econômicas local, a universidade contribui também para as novas configurações dos costumes bem como, possibilita novas perspectivas de educação para a população local e vizinha, além proporcionar um novo olhar acerca da própria realidade do povo e do lugar

Assim, a importância deste trabalho de pesquisa é revelar essas novas identidades através da garantia do direito ao nome social e as tensões curriculares que se formam em torno do tema. Além disso, este é um tema ainda recente nas construções curriculares, mas muito pertinente. Desta forma, esta questão contribui para a problematização em torno das produções teóricas a respeito do Nome Social, pois são poucas elaborações encontradas a maioria destas vinculadas aos estudos *Queer* e de *identidade*. Assim esta investigação revelou a necessidade de construir mais estudos sobre esta temática tão polêmica, porém necessária.

Portanto, está pesquisa mostra que é imprescindível a consolidação da abertura de um currículo que inclua e debata a construção de identidades no interior das instituições formais de ensino, sendo construído coletivamente entre docentes e discentes, pensadas com os sujeitos, e não apenas para os sujeitos. É preciso assim, que o currículo seja pensado como veículo que promova formação cultural em torno da transformação social, a emancipação dos sujeitos em torno dos seus desejos e que motive a luta pela garantia de direitos. É preciso

que se busquem estratégias para reduzir as desigualdades educacionais em todos os níveis, contribuindo, desta maneira, para que a Universidade pública seja de fato reconhecida como espaço democrático.

Essa política que possibilita o nome social na universidade ainda precisa avançar bastante em suas ações, buscando estratégias para reduzir as desigualdades educacionais em todos os níveis, contribuindo, desta maneira, para que a Universidade pública, gratuita e de qualidade, seja de fato, reconhecida como espaço democrático.

A área educacional precisa produzir teoricamente a respeito do Nome Social, pois ainda são poucas as elaborações encontradas a maioria destas vinculadas aos estudos Queer e aos estudos sociológicos de identidade. Esse processo também deixou claro que o uso do nome social não é apenas dos setores LGBTTT. Existem outras demandas que surgem a partir da possibilidade de uso de um nome que expressa a relação do sujeito consigo mesmo e com o meio social.

REFERÊNCIAS:

- CANEN, Ana. **Currículo**: reflexões sobre Stuart Hall, identidades e multiculturalismo In Ferrazo, Carlos Eduardo (org). *Diferentes Perspectivas de Currículo*. Petrópolis. RJ: De Petrus: NUPEC/UFES, 2015. P.131-140.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.
- DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Editora USP, 2009.
- FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. 2ª edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**: sentidos e formas de uso. Cascais, Portugal, Príncipe Editora, 2008
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomas Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro - 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26ª edição, Petrópolis: RJ, Editora Vozes, 2007.
- SÁCRISTÁN, J Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**: perspectiva dos estudos culturais. 9ª ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2009.
- _____. **A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia** In GENTILLI, Pablo A. A.; DA SILVA, Tomaz Tadeu (orgs). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas*. 5ª edição. Petrópolis, Rj. Editora Vozes.p.09 -29.

ANEXOS:**ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS PROFESSORES**

1. Seu nome, profissão, tempo de UFRB, tempo de CAHL, função que exerce.
2. O que você entende por NOME SOCIAL?
3. Qual a importância que você atribui ao NOME SOCIAL?
4. Você adota NOME SOCIAL?
5. Você considera importante que a Universidade institucionalize o NOME SOCIAL?
Por que?
6. Você já participou de alguma discussão na UFRB sobre o NOME SOCIAL?
7. Quais eram as principais divergências em torno do tema? E as convergências?
8. Você conhece a Resolução da UFRB que permite o uso do NOME SOCIAL nas questões institucionalizadas?
9. No CAHL como você percebe o tratamento dado a este tema?
10. Como você interpreta a posição de docentes que não aceitam ou nem sabe da existência do NOME SOCIAL?
11. E a Direção passada do CAHL como se posicionou? E atual, como se posiciona?
Houve ou tem previsão de alguma discussão no centro sobre este tema?
12. Você conhece algum episódio importante que tenha acontecido no CAHL em torno do NOME SOCIAL?
13. O que você pensa sobre a lei que tramitou no Congresso sobre a legalização do NOME SOCIAL?
14. E quanto a essa tentativa de retirada ou impedimento por parte de deputados no Congresso para barrar a aprovação da lei, o que você pensa sobre isso?

15. Como você interpreta o protagonismo dos LGBT's em torno deste tema ?
16. Você conhece pessoas que reivindicam utilizar o NOME SOCIAL por conta de outras razões que não sejam pela orientação sexual? Quais razões?
17. Você quer apresentar mais algum ponto que não tenha sido abordado?

ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS ESTUDANTES

1. Seu nome, curso na UFRB, Semestre.
2. O que você entende por NOME SOCIAL?
3. Você adota NOME SOCIAL? Por que?
4. A qual categoria de gênero você se considera?
5. Qual a importância que você atribui ao NOME SOCIAL, para sua categoria de gênero?
6. Você considera importante que a Universidade institucionalize o NOME SOCIAL? Por que?
7. Você já participou de alguma discussão na UFRB sobre o NOME SOCIAL?
8. Você conhece a Resolução da UFRB que permite o uso do NOME SOCIAL nas questões institucionalizadas?
9. Você considera importante que a Universidade estenda a utilização do NOME SOCIAL as demais categorias, além dos Trans e Travestis?
10. No CAHL como você percebe o tratamento dado a este tema?
11. Como você interpreta a posição de discentes e docentes que não aceitam ou nem sabe da existência do NOME SOCIAL?
12. Você conhece algum episódio importante que tenha acontecido no CAHL em torno do NOME SOCIAL?
13. Você já vivenciou alguma constrangedora em sala de aula por conta do seu NOME SOCIAL?
14. O que você pensa sobre a lei que tramitou no Congresso sobre a legalização do NOME SOCIAL?
15. E quanto a essa tentativa de retirada ou impedimento por parte de deputados no Congresso para barrar a aprovação da lei, o que você pensa sobre isso?

16. Além da categoria LGBT's você considera importante outras pessoas se posicionem e lutem pela garantia do direito ao uso do NOME SOCIAL?
17. Para a construção de sua identidade, qual a importância da institucionalização do NOME SOCIAL?
18. Você se sente pertencente ao ambiente universitário no CAHL? Por que?
19. Você conhece pessoas que reivindicam utilizar o NOME SOCIAL por conta de outras razões que não sejam pela orientação sexual? Quais razões?
20. Como é sua relação familiar em relação ao seu NOME SOCIAL? Você poderia explicar?
21. Como você acha que as pessoas lhe veem e como você se vê?
22. Você quer apresentar mais algum ponto que não tenha sido abordado?

